

11 MAI 1990

Ao Pé do Rádio

Sarney

O ex-presidente José Sarney não agüentou a quarentena que se impôs ao deixar o cargo a que foi levado pelas circunstâncias: os seis meses longe da política se reduziram a pouco mais de trinta dias. Desistiu da prometida devoção à obra literária, de que iria finalmente cuidar pelo lado da qualidade, trocando-a pela volta à política maranhense. Ele se fez anunciar como uma força política com poderes sobrenaturais, capaz de inverter as tendências eleitorais, mas a realidade não tomou conhecimento. Acelerou-se a desmontagem da versão que só passou a circular após a morte de Vitorino Freire. Enquanto Vitorino viveu, a reputação política de Sarney era abalada por denúncias e suspeitas: não ficava pedra sobre pedra.

A trombeteada volta triunfal à política maranhense acaba de ser retificada por um adendo: o ex-presidente se inclina por uma temporada de abstinência no Rio, que evitou desde a monumental vaia com que foi recebido assim que a miragem do cruzado se evaporou. Sarney passou somente uma noite no Rio, e à bordo do porta-aviões *Minas Gerais*. Portanto, em águas territoriais, mas não em terra carioca. Confiante na nova cor dos cabelos, pretende passar incógnito? O ex-presidente acha que a sua biografia não pode encerrar-se numa batalha eleitoral com Epitácio Cafeteira no Maranhão, depois de começar tendo como adversário nada menos que Vitorino Freire.

A verdade pede uma pequena retificação: antes de ser inimigo político, Sarney quis ser discípulo de Vitorino Freire. Não teve sorte, e atribuiu o insucesso eleitoral ao protetor. Passou-se para a UDN e, aí sim, foi mais longe do que permitiam as suas pernas. Depois de passar à História por omissão, prometeu usufruir tudo que amealhou ao longo da jornada política. E, com vagar, preencher as lacunas do provincianismo por ele personalizado. A começar do orgulho balofo com que, numa das sextas-feiras pelo rádio, assumiu a condição de provinciano e passou recibo: desconhecia o sentido pejorativo da palavra.

A temporada no Rio não passa de desculpa para evitar os respingos da derrota política que se desenha, em seu feudo eleitoral, pela mão do seu ex-aliado Epitácio Cafeteira. Depois de ter governado com ele, declara-se diminuído de tê-lo como adversário nas urnas. A campanha promete ser rica de insinuações e denúncias que foram manti-

das longe do conhecimento dos eleitores, embora não seja segredo no Maranhão.

O governador Cafeteira era o inimigo histórico de José Sarney, que tinha como aliado o senador José Castelo. A situação se inverteu no período presidencial. Como o candidato do PMDB era Cafeteira na eleição de 1986, e o partido do presidente, em suas novas núpcias políticas, era o PMDB, Sarney ficou com o seu adversário histórico e o reforçou com a mão federal. Nas horas de cortar fitas inaugurais, Cafeteira se valia do deputado Sarney Filho. Parecia um final feliz para a tradicional e feroz desavença eleitoral maranhense: Sarney Filho seria o candidato a governador, Cafeteira a senador e Roseana teria um mandato de deputado federal. A oligarquia Sarney se consolidaria com a chegada da segunda geração ao poder.

E assim teria sido se não fosse a repulsa nacional ao estilo atrasado de fazer política, restaurado na Nova República. Sentia-se no ar a indignação geral. Os brasileiros estavam enfadados da falta de governo e de escrúpulos no exercício do poder, da convivência que afagava irregularidades generalizadas e de tudo mais que degradou a vida pública no país. Assim que a candidatura do PRN confirmou a preferência dos eleitores, não demorou a vingança no velho estilo: o governo Sarney mandou divulgar com estardalhaço uma relação de devedores em atraso com a Receita Federal. O nome do senador José Castelo, ex-aliado político de Sarney no Maranhão, figurava com destaque como sonegador.

A candidatura José Castelo a governador pelo PRN foi reforçada pela adesão de Epitácio Cafeteira, como prenúncio de que a oligarquia Sarney irá de sonho a pesadelo. O ex-presidente rompe a cautela que ia observar com a mesma falta de cerimônia com que exerceu o governo. Os brasileiros não se esquecem de que o hesitante governante dos primeiros tempos concordou publicamente com o mandato presidencial de quatro anos proposto por Tancredo Neves. E, quando o assunto chegou à votação na Constituinte, o mesmo Sarney bateu o pé e se valeu confidencialmente — a título de ameaça — de uma alegada vontade das Forças Armadas para obter, combinando intimidação e favores ilimitados, o mandato de cinco anos — para prolongar por intermináveis 365 dias um governo absolutamente vazio de iniciativa, de coerência e de legitimidade.

A curta história da Nova República encerrou-se para sempre no primeiro capítulo.